

FACULDADE SANTA RITA
CURSO DE PEDAGOGIA

Educação Durante a Ditadura Militar

Gabriela Roque Veridiano da Silva

Novo Horizonte
2021

FACULDADE SANTA RITA
CURSO DE PEDAGOGIA

Gabriela Roque Veridiano da Silva

Educação Durante a Ditadura Militar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Santa Rita como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob orientação da Prof.^a Esp. Co. Andreza Santoro Roque

Novo Horizonte
2020

Silva, Gabriela Roque Veridiano da
S586p Educação Durante a Ditadura Militar/ Gabriela Roque Veridiano da Silva
- Novo Horizonte, 2021.
20 f. ; 30 cm.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) -
Faculdade Santa Rita, 2021.

Orientadora: Prof.^a Esp. Co. Andreza Santoro Roque

1. História da Educação. 2. Ditadura Militar. 3. Ensino e
Aprendizagem durante a Ditadura. Autor. II. Título.

CDD--

MEMBROS DA BANCA DE DEFESA DO TRABALHO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
DAS ALUNAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Gabriela Roque Veridiano da Silva

APRESENTADA à FACULDADE SANTA RITA, EM 30 DE JUNHO DE 2021.

BANCA DE DEFESA:

Prof.^a Orientadora- Andreza Santoro Roque

FACULDADE SANTA RITA

Prof. Esp. Edson José Gonçalves

FACULDADE SANTA RITA

Prof.^a ANA CAROLINA AMARAL COLOMBO

FACULDADE SANTA RITA

Educação Durante a Ditadura Militar

Gabriela Roque Veridiano da Silva¹

Andreza Santoro Roque²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, demonstrar um marco histórico que marcou o país durante os anos de (1964-1985), e além de ser demonstrado como ocorreu esse marco, tem como base a educação que mudou muito e como eram as aulas, novo meio de formação de novos professores, como eles não podiam ter algum tipo de expressão ou pensamento crítico além do que era passado em sala de aula, onde o material nada mais era construído pelos políticos para criar “alunos conscientes”

Palavras-chaves: Educação, Ditadura Militar

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate a milestone that marked the country during the years (1964-1985), and besides being shown how this milestone occurred, is based on the education that changed a lot and how were the classes, new means of training new teachers, as they could not have some kind of expression or critical thinking beyond what was passed in the classroom, where the material was nothing more built by politicians to create "conscious students"

Key words: Education; Military Dictatorship;

¹Aluna do 8º termo do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita-SP, FASAR, endereço eletrônico gabriela.roque.587@hotmail.com

⁴Professor Especialista do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita- SP, FASAR, endereço eletrônico edisonbariani@gmail.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
OBJETIVO GERAL	10
REFORMA NA EDUCAÇÃO	10
INFRAESTRUTURA.....	13
METODOLOGIA	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 1964, foi onde tudo mudou no Brasil. E nesse período seu dilema era: “Segurança e Desenvolvimento”, durante 21 anos esse era o ditado usado naquela época. O golpe de 64 veio para ter uma ruptura em “política e social”, ou seja, a sociedade não teria interação nenhuma nas decisões políticas, a não ser os militares. Tenentes aposentados volta a servir o país, mas como Generais, ao ver todas as mudanças tem também onde os militares trouxeram uma nova infraestrutura para aumentar a economia do país, mas também bloqueando a busca de novos regimes. (Lopez; Mota)

Com o golpe de 64 o Brasil inicia uma longa jornada de ditadura até 1985. “Lideranças políticas e sindicais foram presas, parlamentares cassados, militantes políticos exilados.”. Com o mandato dos novos ditadores eles fecharam os partidos políticos e criaram 2 novos: “Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um era basicamente um “partido de situação e o outro Oposição consentida” (Araujo, Silva, Santos; 2013)

O MDB organizou-se como uma frente oposicionista ao governo federal reunindo parlamentares que se opuseram ao movimento militar de 1964 e que, sobretudo, discordavam dos rumos que os militares no poder imprimiam à condução da política nacional. Com base no ano de 1979, verifica-se que de sua bancada de 189 deputados na Câmara Federal, 36 eram provenientes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 37 do Partido Social Democrático (PSD) — contra 60 da Aliança Renovadora Nacional (Arena) —, 13 da União Democrática Nacional (UDN) — contra 70 da Arena — e oito do Partido Democrata Cristão (PDC) — 14 foram para a Arena. Deste ponto de vista, a composição do MDB diferenciava-se da Arena principalmente pela acentuada adesão de ex-petebistas, lembrando que apenas 15 se filiaram à Arena, a qual, em contraste, contou com a filiação majoritária de ex-udenistas (Atlas Histórico do Brasil)

Durante esses 21 anos os Brasileiros se mantiveram lutando contra o regime. Nos primeiros anos, estudantes, artistas e intelectuais, fizeram

manifestações contra o mandato dos militares. Com toda a repercussão dos estudantes e artistas ganhou maior destaque,” O Show Opinião, por exemplo, foi uma das primeiras manifestações contra a ditadura.” E os estudantes fizeram manifestações e passeatas usando bandeiras que iam contra a ditadura “A ‘Passeata dos Cem Mil’, realizada em junho de 1968 no Rio de Janeiro, foi um dos marcos desse momento.” (Araújo, Silva, Santos; 2013)

Além desses grupos irem contra a ditadura a igreja católica era dividida entre os grupos que apoiavam o governo, o outro lado criticava as ideias perante a segurança do país. Os trabalhadores procurava liberdade para poderem estruturar o sindicato. “Para conter as manifestações de oposição, o general Costa e Silva decretou em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5. Este suspendia as atividades do Congresso e autorizava à perseguição de opositores.” Em 1970 inicia-se um novo decreto para tornar mais rígida a censura prévia à imprensa, além disso o exército criou um destacamento para lutar contra os esquerdistas. (Bezerra).

A restrição nas mídias não foram os únicos pontos a serem censurados.

A ditadura militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1984, foi um período marcado por momentos de extremo autoritarismo, violência, repressão e por diversos outros meios de manter o regime. Compreender o conjunto de interesses e valores dos segmentos sociais que faziam parte do poder, naquele momento, é fundamental para entender como vários mecanismos autoritários, que buscavam o controle e o consenso da população, tentavam atuar nas diversas esferas da sociedade. (Nunes, Rezende.)

Existe a pergunta de como o regime onde havia censura, repreensão, entre outros, prosseguiu por mais de 20 anos. Devemos levar em conta que os grupos de poderes que constituía por civis e militares, tentavam “controlar todos os aspectos da vida social, político, econômico, cultural e educacional”, eles mostravam que os meios que eles usavam para controlar o país ia ajudar com o crescimento do país e beneficiar a todos, o governo fazia questão de anunciar por vários meios, inclusive a Educação, onde se buscava a lealdade ao governo. (Nunes, Rezende.)

Os militares no poder, tentavam mostrar uma autoridade, mas para combater as pessoas que iam contra o regime não havia lei para proteger essas pessoas. Em 1968 o estado brasileiro proporciona uma proibição legal e ilegal, como por exemplo a: “**censura**, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e **desaparecimentos**.”

[...]o regime promulgou uma Lei de Segurança Nacional de 1967. Além disso, o regime editou atos instituindo o banimento e a pena de morte. Esses atos institucionais foram respostas diretas aos movimentos sociais, de estudantes, artistas, intelectuais e à **guerrilha de esquerda**, que avançava no Brasil. O banimento foi muito utilizado para enviar para o exterior os prisioneiros políticos trocados por embaixadores sequestrados. Já a pena de morte oficial foi utilizada apenas uma vez, em 1970. Mas o condenado Teodomiro Romeiro dos Santos, do **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)**, teve sua pena convertida em prisão perpétua. (Memórias da Ditadura)

“**O tripé repressivo: censura, vigilância, repressão**” (Memórias da Ditadura)

O poder montou um “tripé regressivo”, pelo conceito vigilância o poder entendia como um meio de espionagem para ver as pessoas e organizações opositoras ao regime. No final dos anos 60 o “tripé” se fundiu para uma maneira mais eficaz “ancorado numa ampla legislação repressiva, que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os atos institucionais e complementares, a Constituição de 1967 e suas emendas” (Memórias da Ditadura).

O regime militar não inventou a censura, como se pensa, ela já estava implementada no período do Estado Novo de Getúlio Vargas, os militares só ampliaram. O regime politizou a censura, ainda que tenha mantido o discurso clássico de vigilância da moral e dos bons costumes. “Além disso, centralizou gradativamente o serviço, culminando em 1972, com a criação da Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal.” (Memórias da Ditadura).

A censura dos anos 60 era eficaz, era limitado ao alcance de criações artísticas e opiniões relacionadas a crítica ao governo, mas sempre encobrendo

as lutas armadas e a tortura. A censura durante a ditadura era mais rígida, na proibição de programas de TV e de rádio, assim como textos e montagens teatrais. Mas essa repressão ficou mais ampla depois do golpe de 64, depois que foi visto que o teatro ganhou grande espaço de resistência contra o partido, e sempre buscava a libertação do direito de expressão.

A **censura cinematográfica** era mais complicada, pois o cinema brasileiro era uma indústria frágil e um campo de expressão com muito reconhecimento no exterior à época. O regime queria censurar, mas ao mesmo tempo não queria se desgastar, passando ao mundo a imagem de “mais uma ditadura latino-americana”. (Memórias da Ditadura).

A forma de censura era moral e política. “O decreto 1.077, de janeiro de 1970” determinava uma censura prévia, onde se dizia se houvesse qualquer escrita ou publicação contra o regime ofenderiam de frente a moral comum, considerando que tais exposições estimariam o amor livre e ameaçaria os valores morais da sociedade brasileira, ao publicarem qualquer coisa contra o governo trariam um risco a segurança nacional, onde então não serão toleradas divulgações contrárias a moral, costume ou quaisquer que sejam os meios de comunicação (Memórias da Ditadura).

A **Lei 5.536, de novembro de 1968**, deixava claro o objeto da censura. Pela lei qualquer obra teatral ou cinematográfica que atentasse contra a segurança nacional, ofendesse as religiões ou incentivasse a “luta de classes” deveria ser alvo da censura. (Memórias da Ditadura).

OBJETIVO GERAL

Transparecer de como foi a ditadura militar e como ela teve um impacto maior na educação.

REFORMA NA EDUCAÇÃO

A EMC trabalhava na mente das crianças, para que houvesse: obediência, passividade, ordem, fé, liberdade com responsabilidade e patriotismo, esses ensinamentos estavam presentes nos livros didáticos de EMC, podemos perceber que existia uma estratégia psicossocial feita pelos militares para induzir o pensamento da criança sobre o governo, que ajudaria na dinâmica social, modelando o comportamento e pensamento no intuito de ajudar o governo no futuro. (Nunes, Rezende.)

O conceito passado aos civis era “Na ditadura militar a escola era boa”, passava inúmeras vezes, para que as pessoas pensassem que o governo iria melhorar o ensino, mas o que acabou acontecendo nas escolas foi o fato de priorizar a quantidade em vez de qualidade. Com as promessas feitas teve um grande aumento nas matrículas na Educação Básica, mas sem recursos apropriados para suprir a demanda de alunos que estavam por vir. (Zinet, 2016)

Tendo como base o ensinamento de construir “cidadãos conscientes”, se implementa as matérias Moral e Cívica.

Para compreender seus desdobramentos, faz-se necessário mencionar a reestruturação que houve no setor educacional naquele momento. A educação passou a refletir os aspectos antidemocráticos existentes no período, o processo de tramitação das novas leis, 5540/68 que estabeleceu a reforma universitária e da lei 5692/71, responsável pela reforma do 1º e 2º graus, já refletia o excesso de autoritarismo por parte do executivo. (Nunes, Rezende.)

Com todas essas mudanças na didática da aula houve modificação na estrutura da educação básica.” O modelo prévio, aprovado em 1939 durante a

vigência do Estado Novo e mantido pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961, dividia o ensino em pré-primário”, tendo uma duração de quatro anos, com direito de acréscimo de 2 anos se optar pelos cursos de artes aplicadas, e médio com 7 ou 8 anos divididos em ginásio (4 anos) e colegial (mínimo 3 anos). (Zinet)

Apesar de mantida a essência da estrutura anterior, a LDB de 1961 tornava o ensino obrigatório apenas nos 4 primeiros anos (equivalente ao Fundamental I). Apesar disso, a legislação previa que em casos de pobreza dos pais, insuficiência de escolas e doença ou anomalia grave da criança, as famílias não eram obrigadas a realizar as matrículas de seus filhos. (Zinet)

Estava ficando evidente que estava se seguindo uma linha com influência dos Estados Unidos, mas sempre priorizando as questões particulares. Assim surgindo o programa de Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino. Esses documentos tinham como base “aperfeiçoar o caráter” ou seja transformar os alunos a favor a ditadura.

Os documentos oficiais são instrumentos formulados sob coordenação dos condutores do regime em vigor, conseqüentemente, expressam os reais objetivos dos membros do poder. Tais documentos revelam os propósitos que dirigentes do governo tinham em relação à EMC, o que também contribui na análise dos livros didáticos. (Nunes, Rezende.)

Em 1967 a constituição altera a estrutura, trazendo a educação básica sendo obrigatória durante 8 anos, ou seja dobrando a idade das crianças na escola, mas com o aumento dos alunos nas escolas, não teve aumento na verba para acoplar os alunos por mais tempo. Para suprir a necessidade de ensinar esses alunos, foi criado uma graduação conhecida Licenciatura Curta, eram cursos de diversas áreas com duração de 2 anos e meio, com esse curso daria condições formais para os professores lecionarem nas salas que estavam sendo criadas. (Zinet)

Como visto, o regime militar utilizava a educação, mais especificamente as Novas matérias para que houvesse êxito em seus objetivos e interesses,

instigavam aos alunos de como o que era feito pelo país era uma democracia, a teoria passado nos livros, era que o povo tinha a liberdade de escolher seus representantes e de que seus direitos e interesses seriam definidos por eles, sempre respeitando a vontade da maioria, e que mesmo suas atitudes autoritárias eram a favor de todos os brasileiros. (Nunes, Rezende.)

A elaboração das leis era caracterizada como democracia, uma vez no poder, eles defenderiam os interesses do povo, que significaria a liberdade dos legisladores para a democracia, é que os livros didáticos sugeriam a chamada paz política. Mas nada realidade o que se operava, naquele tempo era o autoritarismo em que prevalecia Executivo sobre o Legislativo e, quando o congresso não estava de acordo com os interesses do Executivo eram ameaçados de cassação e de perder os direitos políticos. Diante disto, os alunos além de aprenderem noções contraditórias de democracia, também recebiam informações falseadas da realidade. (Nunes, Rezende.)

Todas as novas leis e decretos que o regime militar estabelecia tinham o objetivo de atender o conjunto de interesses dos componentes civis e militares do grupo de poder (industriais, banqueiros, estamento militar, tecnoburocratas civis e até mesmo a classe média), o que exercício número 8, do livro Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica tentava falsear. Como o próprio exercício procurava ensinar aos alunos, as novas leis eram consideradas a favor de todas as classes sociais, de toda a nação, mesmo que, na realidade, não fosse isto que se observava. Esta artimanha era utilizada para conquistar o consenso da população e, assim, legitimar o regime. É o que se pode observar também em relação às leis e às autoridades políticas, principalmente em relação ao Presidente da República – todas as leis e ações do Presidente da República visavam, segundo os conteúdos dos livros didáticos, ao bem comum. (Nunes, Rezende.)

Dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que há mais crianças alfabetizadas do que no governo militar. Segundo dados da publicação "Estatísticas do Século 20", na chamada era da liderança, período mais severo da repressão militar de 1968 a 1974, 24 em cada 100 crianças entre 10 e 14 anos não conseguiam ler ou escrever. A partir da década de 1990, a proporção de crianças analfabetas diminuiu. No período democrático, em média, havia apenas 5 crianças analfabetas em cada 100 crianças entre 10 e 14 anos. (Ana; Paula)

Para chegar a esse número, o Aos Fatos fez a média da porcentagem da população analfabeta nessa faixa etária presentes no Censo de 1970, 1980 e 1990 (este último com apenas quatro anos no regime democrático). O resultado foi uma média de 23,8%. Se fossem usados apenas os dados de 1970 e 1980. Teríamos uma média de 27,6%, arredondando, 28% – ou seja, 28 crianças a cada 100 não sabiam ler e escrever. (Ana; Paula)

INFRAESTRUTURA

Com a expansão veloz e sem recursos, resultou em prédios escolares precários e sem dinheiro ou recursos necessários para o desenvolvimento da Educação. Com as escolas públicas precárias e queda de ensino, provocou uma abertura do país ao ensino privado, onde fortaleceu os filhos das elites a serem levados as escolas particulares, onde aumentou mais a desigualdade sociais e educacionais. Começa-se a ter a visão que os alunos das elites teriam acesso

facilitado ao ensino superior, enquanto os filhos dos menos favorecidos, restava uma educação pública e precária que impossibilitava a entrada na universidade. (Zinet)

Apesar do aumento do número de alunos, as políticas educacionais implantadas nesse período agravaram a desigualdade educacional e esse ainda é um dos grandes desafios que a educação brasileira precisa superar. “Esta foto mostra que embora um número considerável de classes populares possa frequentar a escola, o público tem uma educação de segunda e de baixa qualidade. Isso mantém a evasão e a repetência em níveis elevados”. (Zinet).

Também não se enquadra, por parte do poder público, nenhuma restrição ao ensino privado. O que eles queriam realmente é expandir não para prejudicar o ensino particular mas sim para acoplar a todos os alunos que estavam se matriculando, por causa da lei que obrigava as crianças a estudarem. (Assis, 2012).

Em 12 de fevereiro de 1962 foi instalado o Conselho Federal de Educação (CFE) e em setembro, deste mesmo ano, o conselho aprovou seu Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 1962 a 1970. O plano previa, segundo Romanelli (1996), a escolarização de: 100% da população de faixa etária de 7 a 14 anos, no primário e nas duas primeiras séries ginasiais; 50% da população de 13 a 15 anos, nas duas últimas séries do ginásio; e 30% da população entre 15 e 18 anos nas séries colegiais. Estes três percentuais almejados não foram alcançados. Apenas o ensino superior conseguiu atingir o que era esperado. Na opinião da autora, pode-se dizer que o plano foi quase um êxito. Não o foi, no entanto, com relação à produtividade interna do sistema, pois significativa parcela da população, que deveria estar no ensino médio, permanecia, ainda, no ensino primário. Em suma, a LDB de 1961 e o PNE não conseguiram resolver o problema da democratização de ensino. (Assis, 2012).

Mas essas metas só foram alcançadas depois do golpe, onde as escolas alcançaram um nível de expansão, como meio de suportar os alunos que estavam a vir. O governantes não queriam investir mais na rede pública e sim na

rede privada onde teria um retorno rentável. Na constituição de 1967 mostra-se bem claro que o Estado não ajudaria financeiramente na rede pública e incentivo a privatização do ensino. Ela colocou uma porcentagem mínima a serem investidas na educação básica, mantendo a obrigatoriedade financeira dos municípios de 20% da receita tributária municipal por ano, que seriam investidos no ensino primário. (Assis, 2012).

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

O magistério brasileiro, na metade dos anos de 1960 apresentava os mesmos conceitos dos anos anteriores, principalmente com o pensamento de que nessa área tinha a visão de categoria feminina. Existiam os “ginásios para moças”, que traziam, jovens das classes mais prejudicadas. Em 1929 tinha 23.800 alunos inscritos sendo eles 13% homens. (Junior, Bittar; 2006).

Apesar da preponderância dos professores primários, entretanto, uma fração residual de docentes públicos estaduais com formação universitária já dava mostras de seu crescimento. Depois, a partir de 1970, eles constituiriam a base do magistério público estadual de 1º e 2º graus. (Junior, Bittar; 2006).

Mas com a chegada da ditadura e com as mudanças estruturais das escolas, buscando atingir os objetivos, o regime implementou 2 reformas jurídicas na educação. (Junior, Bittar; 2006).

“LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.” (Planalto Governo).

Em outras palavras, teve uma junção dos 4 anos primários com os 4 do ginásio, para se formar um ciclo só de 8 anos e “1º grau de ensino, que passou a ser obrigatório. Quanto aos três anos do antigo ensino colegial, passaram a constituir o 2º grau”. Com essas reformas, começa a nova formação de professores públicos de 1º e 2º graus. (Junior, Bittar; 2006)

Um dos aspectos principais do processo de formação vivido pelo magistério brasileiro é que ele mudou as atividades pedagógicas do professor como ocupação pertencente ao campo dos chamados profissionais liberais, ocorrendo, de forma acentuada, o processo de perda do seu status social. A partir desse momento, teve início a construção da nova identidade social do professorado do ensino básico, ou seja, a de um profissional da educação submetido às mesmas contradições socioeconômicas que determinavam a existência material dos trabalhadores. Estavam plasmadas, assim, como as condições que associariam o seu destino político à luta sindical dos demais trabalhadores. (Junior, Bittar; 2006)

Do ponto de vista da extração social, a nova categoria dos professores públicos do ensino básico resultou, fundamentalmente, de duas vertentes da estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertenciam a certas camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletarizados econômica e socialmente no curso da monopolização que as relações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. (Junior, Bittar; 2006)

Assim como o sistema educacional foi usado pela Ditadura Militar para a transmissão de ideologias para respaldar o golpe, a formação dos docentes da rede pública ficou comprometida, além de ter um excesso de profissionais e diminuição salarial e desvalorização da profissão. Durante o período, a formação de professores (as) sofreu com as consequências das políticas educacionais implantadas que levariam a educação formar pessoas aptas para o mercado de trabalho, deixando de cumprir assim seu papel a formação voltada para emancipação dos alunos e das alunas, através da formação para a cidadania.

Além disso, foi posto o pressuposto da neutralidade no processo educativo, como expõe Saviani (2011, p. 381): “Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de

maneira que o torne objetivo e operacional". (Leme, Brabo; 2019)

Com base nisso, a formação de profissionais da educação tornou-se secundária no campo educacional. Precisou-se adaptar os docentes para o trabalho pedagógico, pois os alunos recebiam informações necessárias para realizar determinadas tarefas industriais, como o país estava passando por reformas industriais, os militares precisavam de mãos de obra, para que dessem conta do crescimento das indústrias. Ainda sobre a formação dos pedagogos, houve uma divisão nas funções, uma separação entre teoria e prática, separação entre pedagogo especialista e o trabalho docente. Junto a isso, ocorreu a desvalorização profissional que crescia juntamente com a qualificação precária de mão de obra. Foi necessário, para a classe docente, transformar as Associações Profissionais em sindicatos para que assim pudessem organizar a resistência contra a precarização do trabalho. (Leme, Brabo; 2019)

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho levantamento bibliográfico em sites e livro para maior compreensão dos casos ocorridos durante a ditadura do Brasil

Primeiramente ocorreu pesquisas de como foi a ditadura militar para depois poder ser falado de como ocorreu as mudanças nas escolas e como as pessoas reagiram a essas novas mudanças

Houve uma pesquisa qualitativa.

Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Identifica e analisa dados não mensuráveis numericamente, como sentimentos, sensações, percepções, intenções. Não utiliza recursos estatísticos. (Volkweis, 2015)

A escolha do tema tem como base das pessoas que não tem conhecimento sobre como foi a ditadura mas luta para que volte, sem menos tem noção nem um pouco de como era viver nessa era de repressão.

Começa com a repressão de direito de expressão nas mídias sociais, logo em seguida começa a ser monitorado o que seria dado em sala de aula para fazer uma “lavagem cerebral” nos alunos para que eles concordassem do que era passado pelos militares.

Como antigamente os políticos (militares) eles ensinavam que o que era feito era o certo e o que era contra isso era errado, podemos encontrar pessoas nos dias atuais que ainda querem a ditadura de volta, mas será que se uma pessoa chegasse e provasse tudo, que realmente acontecia naquela época eles concordariam de que ainda o país seria melhor se voltássemos na época da Ditadura?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou vários pontos referentes a Ditadura Militar no Brasil e como ocorreu a educação nessa época.

Podemos concluir que a Ditadura só teve progresso por mais de 20 anos por eles utilizarem dos recursos didáticos nas escolas para fazer uma “lavagem cerebral”. Utilizavam a rede pública para benefícios próprios. E para dar conta das demandas de alunos sendo matriculados depois do decreto de obrigatoriedade de permanência na escola por 8 anos, começa a ter formação em massa de profissionais na área por equivalente de 2 anos de curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: Uma interpretação**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. 797-865 p.

LEME, Renata Bento. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DITADURA MILITAR (1964 – 1985)**. Marília. Disponível:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/formacao-de-professores-na-ditadura-militar-1964--1985.pdf>

ZINET, Caio. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?**. Centro de referências em Educação Integral, 31/03/2016.

Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>

Presidência da República Casa Civil. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm

JR., Amarílio Ferreira; BITTAR, Marisa. **A ditadura militar e a proletarização dos professores.** Scielo, Educ. Soc. 27 (97) • Dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/68LFXzgCbjBWcy5m97dXTXC/?lang=pt>

JUNIOR, Olavo Brasil de Lima. **MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB).** Fundação Getúlio Vargas 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6020>

ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho.** - 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1037>

LEME, Renata Bento; BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino. **Formação de professores: currículo mínimo e política, educacional da ditadura civil-militar (1964-1985).** ORG & DEMO, Marília, v. 20, n. 1, p. 83-98, Jan./Jun., 2019 Disponível em: <file:///C:/Users/Casa/Downloads/5898.pdf> ou <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/7678>

BEZERRA, Juliana. **Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).** Conteúdos escolares. © 2011-2021 7Graus Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>

NUNES, Nataly; REZENDE, Maria José de. **O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar.** Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>

ASSIS, Renata Machado de. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Casa/Downloads/6512-Texto%20do%20artigo-28116-1-10-20130207%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Casa/Downloads/6512-Texto%20do%20artigo-28116-1-10-20130207%20(1).pdf)

ABREU, Ana Rosa; VILALTA, Lucas Paolo. **MEMÓRIAS DA DITADURA.** Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>